



ACÓRDÃO Nº 553/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1617/2015.

Apensos: Processo nº 602/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Rossieli Soares da Silva (Ordenador de Despesa).

4- Órgão: Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica – FUNDEB.

5- Exercício: 2014.

6- Advogado: Leda Mourão da Silva - OAB/AM n.º 10276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM n.º 11193 e Pedro Paulo Sousa Lira - OAB/AM 11414.

7- Unidade Técnica: DICAD/AM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 422/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica - FUNDEB. Exercício de 2014.

*Regularidade. Quitação. Recomendação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular a Prestação de Contas Anuais do Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica – FUNDEB, exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Rossieli Soares da Silva**, Ordenador de Despesas à época, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso I do art. 22, todos da Lei Estadual nº 2.423/96;

10.2. Dar Quitação ao **Sr. Rossieli Soares da Silva**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 189, I, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 553/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Recomendar ao Fundo Estadual de Incentivo Ao Cumprimento de Metas da Educação Básica - Fundeb que:

10.3.1. Atente ao que dispõem a Lei nº 2.423/96 (restrição 1 da Informação Conclusiva nº 116/2017);

10.3.2. Observe ao que dispõem o art. 5º, do Decreto Lei nº 27.040 de 05 de outubro de 2007 (restrição 3 da Informação Conclusiva nº 116/2017);

10.3.3. Observe ao que dispõem o art. 16º do Decreto Lei nº 28.164 de 17 de dezembro de 2008 (restrição 4 da Informação Conclusiva nº 116/2017);

10.3.4. Observe o que determina o art. 9º, incisos I, II, III parágrafo único do Decreto Lei nº 28.164 de 17 de dezembro de 2008 (restrição 5 da Informação Conclusiva nº 116/2017);

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas nos artigos 161 e 162 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Auditor Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral